



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

A T A

1 **ATA DA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO**
2 **DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, REALIZADA NO DIA ONZE DE**
3 **SETEMBRO DE DOIS MIL E NOVE.** No décimo primeiro dia do mês de setembro do ano

4 de dois mil e nove, às quatorze horas e quarenta e cinco minutos, na Sala de Reuniões dos
5 Órgãos Deliberativos da Administração Superior, localizada no 3.º andar do Prédio da
6 Reitoria, Cidade Universitária Profº José da Silveira Netto, na cidade de Belém, capital do
7 Estado do Pará, reuniu-se, sob a presidência do Magnífico Reitor, Prof. Dr. Carlos Edílson de
8 Almeida Maneschy, o Conselho Universitário, com a presença dos seguintes membros:
9 Horácio Schneider, Vice-Reitor; Edson Ortiz de Matos, Pró-Reitor de Administração;
10 Marlene Rodrigues Medeiros Freitas, Pró-Reitora de Ensino de Graduação; Fernando Arthur
11 de Freitas Neves, Pró-Reitor de Extensão; José Carlos Chaves da Cunha, representando o Pró-
12 Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação; Erick Nelo Pedreira, Pró-Reitor de Planejamento e
13 Desenvolvimento Institucional; Helena Silveira, representando o Prefeito do *Campus* da
14 UFPA; José Luiz Martins do Nascimento, Diretor do Instituto de Ciências Biológicas; Eliete
15 Cunha Araújo, Diretora do Instituto de Ciências da Saúde; Pedro Andrés Chira Oliva, Diretor
16 do Instituto de Estudos Costeiros; Maria de Nazaré dos Santos Sarges, Diretora do Instituto de
17 Filosofia e Ciências Humanas; Luiz Roberto Vieira de Jesus, Diretor do Instituto de Letras e
18 Comunicação; Paulo Fernando da Silva Martins, Diretor do Núcleo de Ciências Agrárias e
19 Desenvolvimento Rural; Olavo de Faria Galvão, Diretor do Núcleo de Teoria e Pesquisa do
20 Comportamento; Lia Braga Vieira, Vice-Diretora do Instituto de Ciências da Arte; Ivany
21 Pinto, Vice-Diretora do Instituto de Ciências da Educação; Petrus Agripino Alcântara Júnior,
22 Vice-Diretor do Instituto de Ciências Exatas e Naturais; Maurício Sena Filho, Vice-Diretor do
23 Instituto de Ciências Sociais Aplicadas; João Batista Miranda Ribeiro, Vice-Diretor do
24 Instituto de Geociências; José Perilo da Rosa Neto, Vice-Diretor do Instituto de Tecnologia;
25 Arnaldo do Socorro Marques da Silva, Vice-Diretor da Escola de Aplicação; José Ciriaco
26 Pinheiro, representante docente do Instituto de Ciências Exatas e Naturais; Jorge Augusto de
27 Medeiros Pinheiro, representante docente do Instituto de Ciências Jurídicas; Marly de Fátima
28 Carvalho de Melo, representante docente do Instituto de Ciências da Saúde; Hamilton Vieira
29 de Oliveira, representante docente do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas; Moirah Paula
30 Machado de Menezes, representante docente do Instituto de Estudos Costeiros; Isabel Cristina
31 Rodrigues Lucena, representante docente do Instituto de Educação Matemática e Científica;
32 Cristina Donza Cancela, representante docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas;
33 Edson da Rocha Frazão, representante docente do Núcleo de Teoria e Pesquisa do
34 Comportamento; Sérgio Cardoso de Moraes, representante docente do Núcleo de Meio
35 Ambiente; Francisca Maria Carvalho, Coordenadora do *Campus* de Abaetetuba; Tânia Maria
36 Sarmiento, representante docente do *Campus* de Abaetetuba; Rainério Meireles da Silva,
37 Coordenador do *Campus* de Altamira; Rosa Helena Sousa de Oliveira, Coordenadora do
38 *Campus* de Bragança; Gilmar Pereira Silva, Coordenador do *Campus* de Cametá; Adriano
39 Sales dos Santos Silva, Coordenador do *Campus* de Castanhal; Leônidas Olegário de
40 Carvalho; representante docente do *Campus* de Castanhal; Hildete Pereira dos Anjos,
41 Coordenadora do *Campus* de Marabá; Juarez Galvão, representante docente do *Campus* de
42 Santarém; Maria Luizete Sampaio Sobral Carliez, Coordenadora do *Campus* de Soure; José
43 Rinaldo de Vasconcelos Lobato, representante docente do *Campus* de Soure; Eduardo Leitão,

44 Diretor do Hospital Universitário João de Barros Barreto; Ângela Maria Rodrigues Santos,
45 Ângela Soares de Azevedo, Apolinário Alves Filho, Cileide Gomes da Mota Tavares, Cleide
46 Raiol Nascimento, Darciel Bezerra de Oliveira Filho, José Guilherme Barbosa Dergan,
47 Raquel Trindade Borges e Thelma Lúcia de Vasconcelos Colares, representantes dos
48 Servidores Técnico-Administrativos; Anderson Roberto Melo de Castro e Max André Costa,
49 representantes dos discentes; Ana Maria Martins, representante da Associação dos Docentes
50 da UFPA; Maria Zilá Camarão Farias, representante do Sindicato dos Trabalhadores da
51 UFPA; Rosimê da Conceição Meguins, como convidada. Justificaram a ausência, na forma
52 regimental, os seguintes Conselheiros: Emmanuel Zagury Tourinho, Pró-Reitor de Pesquisa e
53 Pós-Graduação; Laélia Maria Barra Feio Brasil, Vice-Diretora do Instituto de Ciências da
54 Saúde; Ana Paula Vidal Bastos, representante docente do Núcleo de Altos Estudos
55 Amazônicos e Gilmar Wanzeller Siqueira, representante dos Servidores Técnico-
56 Administrativos. **1. ABERTURA:** O Sr. Presidente saudou a todos os presentes e iniciou a
57 sessão. **2. ORDEM DO DIA:** **3.1 – Aprovação do Relatório Anual de Atividades da**
58 **FADESP, referente a 2008, para o recredenciamento da referida Fundação. 2.2 –**
59 **Recomposição da Câmara de Legislação e Normas (CLN). 2.3 – Composição da Câmara**
60 **de Assuntos Estudantis (CAE). 3 – Processo em Fase de Apresentação. 1 – Processo n.**
61 **027077/2009. Assunto: Proposta de Alteração da Resolução n. 674/2009 – CONSUN.**
62 **Interessada: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.** Dando início à reunião, o Sr.
63 Presidente disse ser uma honra estar presidindo pela primeira vez a reunião do CONSUN.
64 Disse, ainda, que juntamente com sua equipe exercerá a presidência e os outros assentos com
65 a responsabilidade e o compromisso esperado por todos. Em seguida, deu as boas-vindas ao
66 Prof. Olavo Galvão, novo Coordenador do Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento e
67 ao Prof. Hamilton Oliveira, novo representante do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas.
68 Dando sequência à reunião, convidou o Prof. João Guerreiro e seus assessores para tomarem
69 assento na Plenária. Com a palavra, o Sr. Presidente esclareceu que, embora esta reunião seja
70 extraordinária, foi, excepcionalmente, aberta a comunicações. Solicitando a palavra, a
71 Conselheira Luizete Carliez informou da aprovação de um trabalho enviado para o Congresso
72 Internacional de Educação de Surdos, no Rio de Janeiro, que será apresentado pela Professora
73 Ellen Susan Formigosa e pela Professora Luizete Carliez, representantes da UFPA no evento.
74 Na sequência, passou ao item que trata da Aprovação do Relatório Anual de Atividades da
75 FADESP, referente a 2008, para o recredenciamento da referida Fundação. Solicitando a
76 palavra, a Conselheira Ana Maria Martins disse que, examinando as pautas das últimas
77 reuniões do CONSUN, de janeiro de 2009 até a presente reunião, não encontrou o tocante ao
78 Relatório Anual de Atividades da FADESP, que deveria constar em fase de apresentação.
79 Com a palavra, o Sr. Presidente disse que a observação da Conselheira estava correta, porém
80 informou que algum Conselheiro poderia pedir quebra de interstício para o Processo.
81 Retomando a palavra, a Conselheira Ana Maria Martins solicitou pedido de vistas ao
82 Processo, em nome da ADUFPA. Em seguida, o Sr. Presidente informou sobre a existência de
83 urgência para aprovação do mesmo e, para melhor explicação, passou a palavra ao Prof. João
84 Guerreiro. Com a palavra, o Prof. João Guerreiro informou ao Conselho que existe urgência
85 no recredenciamento da FADESP junto ao MEC, pois o prazo se encerra em novembro de
86 2009. Mencionou, ainda, que a etapa fundamental nesse processo de recredenciamento é a
87 aprovação do Relatório de Gestão pelo Conselho Universitário. Segundo ele, esse
88 recredenciamento é muito importante, pois a UFPA só possui uma Fundação de apoio e, caso
89 ela não seja recredenciada todos os repasses de recursos para os projetos ficarão
90 comprometidos. Lamentou estar apresentando o Relatório apenas nesse momento, pois o
91 fechamento do balancete sofreu alguns atrasos. A Conselheira Ana Maria Martins solicitou à
92 gestão atual que mantivesse o cuidado e a prática da gestão anterior de disponibilizar os
93 Processos com, pelo menos, 48 horas de antecedência, para que se possa ler com atenção
94 todos os relatórios e seus anexos. Com a palavra, o Sr. Presidente esclareceu que o andamento
95 deste Relatório estava sendo visto como uma situação extraordinária, mas nem por isso

96 significava dizer que os procedimentos não teriam que ser regulares em seus
97 encaminhamentos e, por se tratar de um tema com amparo regimental, as vistas foram
98 concedidas. Solicitando a palavra, o Conselheiro Edson Ortiz sugeriu ao Sr. João Guerreiro
99 que a FADESP fortalecesse a equipe responsável pela elaboração do Relatório, para que o
100 atraso não se repita nos próximos anos. O Sr. Presidente esclareceu que esse Processo foi
101 encaminhado dessa maneira, tendo em consideração as excepcionalidades que ele requeria.
102 Continuando disse, ainda, que como as vistas foram concedidas, então o prazo passaria a
103 contar de acordo com o Regimento. A Conselheira Ana Maria Martins informou que nesse
104 caso, o Processo precisaria ser examinado por uma Câmara e, por conseguinte, adquirir o
105 Parecer, para que fosse encaminhado ao Conselho. Informou, ainda, que nesse caso o pedido
106 de vistas ficaria suspenso e o Processo retornaria à Secretaria para que distribísse o Parecer.
107 O Conselheiro Jorge Pinheiro informou que, caso exista um Parecer *ad hoc*, o Conselho
108 poderia utilizá-lo. O Sr. Presidente informou que existia o Parecer de uma auditoria
109 independente, por ser esta uma exigência para que a Fundação tenha o seu credenciamento
110 concedido, não se tratando de um parecer *ad hoc*. Prosseguindo, sugeriu ao Prof. João
111 Guerreiro que encaminhasse o Processo seguindo os trâmites legais, por ser este de caráter
112 extraordinário, cujo tempo precisa ser seguido. Solicitando a palavra, o Prof. João Guerreiro
113 disse que não via nenhuma inconveniência em se fazer a apresentação do Processo de acordo
114 com o Regimento. Esclareceu, ainda, que o atraso na entrega do Relatório se deu pelo fato de
115 que para vir ao Conselho Universitário, o Relatório de Gestão e o Relatório Financeiro devem
116 ser aprovados antes no Conselho Diretor e no Conselho Fiscal da Fundação. Informou, ainda,
117 que este último Conselho foi dissolvido no final da gestão do último Reitor, pois os
118 representantes da UFPA estavam sem mandato, à espera da posse do novo Conselho. Disse,
119 ainda, que tiveram que esperar a posse do novo Conselho para que o Relatório fosse
120 apreciado. Com a palavra, o Sr. Presidente disse que ficava claro o que havia sucedido, pois
121 parecia-lhe afastada qualquer tentativa de passar pelas normas regimentais. Continuando,
122 afirmou que as ideias do Prof. João Guerreiro eram e mereciam ser apresentadas. Disse, ainda,
123 que poderiam dar tempo para que ele fizesse a apresentação do Relatório, para ser melhor
124 compreendido. Com a palavra, a Conselheira Ana Maria Martins disse que, como seria uma
125 apresentação formal, poderia ser feito o pedido de vistas. O Sr. Presidente esclareceu que o
126 Prof. João Guerreiro iria apresentar o Relatório para que os Conselheiros pudessem analisá-lo
127 e que o Processo seguiria o trâmite legal. Com a palavra, o Prof. João Guerreiro agradeceu ao
128 Presidente por ter convocado o Conselho Universitário, agradeceu também aos Conselheiros
129 presentes por terem conhecimento sobre as atividades da gestão da FADESP. Em seguida,
130 informou que esse procedimento é um requisito do Ministério da Educação para o
131 credenciamento das Fundações de Apoio, no qual se exige que seja referendado pelo
132 Conselho Máximo da Instituição. Segundo ele, uma questão que precisa ser levantada é saber
133 se o que será apresentado em termo de Relatório de Gestão e os resultados financeiros
134 atendem aos interesses da Instituição, em se ter a FADESP como sua única Fundação de
135 apoio. Posteriormente, apresentou o relatório, esclarecendo que o mesmo estava extenso por
136 se tratar de uma exigência do MEC de que todos os projetos gerenciados pela Fundação
137 estejam elencados com título, equipe técnica e valor financiado, isto é, 80% (oitenta por
138 cento) do relatório traz a listagem desses projetos. Dando continuidade à apresentação, o Prof.
139 João Guerreiro disse que este relatório cumpria, primeiramente, o dever da transparência das
140 ações da FADESP como Fundação de Apoio da UFPA e ao mesmo tempo o dever de
141 demonstrar como a FADESP tem apoiado a Instituição. Disse, ainda, que desse modo ficava
142 justificado o seu credenciamento como Fundação de Apoio da UFPA manifestado pela
143 concordância do Conselho. Continuando, fez uma explanação sobre o Relatório de Atividades
144 da FADESP. Ao final, agradeceu a atenção de todos os Conselheiros. Solicitando a palavra, o
145 Conselheiro Antônio José de Mattos Neto esclareceu que o Relatório encontra-se dividido em
146 apresentação dos Projetos de Pesquisa que foram financiados, com um resumo de cada um.
147 Segundo ele, existe a enumeração dos parceiros da FADESP; os convênios e contratos, onde

148 existem os valores dos PDIS, dos convênios de modo geral e, por fim, as demonstrações
149 contábeis com balancete, além do *déficit* e, ainda, ao final um anexo com o Parecer da
150 Auditoria Independente. Informou, ainda, que a Comissão que for emitir o Parecer, da ordem
151 jurídica ou contábil, tem que chamar o *Price Water House* para emitir o Parecer de uma
152 contabilidade de 300 milhões anuais. Disse, também, que seria falacioso se não se trabalhasse
153 com dados da realidade e da funcionalidade. Posteriormente, sugeriu criar uma Comissão ao
154 nível do *Price Water House* para analisar contabilmente 300 milhões. Sobre o aspecto
155 jurídico, disse que a Comissão terá que se basear no que consta do Relatório. Ainda com a
156 palavra, o Conselheiro Antônio José de Mattos Neto esclareceu que alguém da área contábil
157 poderia adotar um Parecer independente, visto que é muita responsabilidade para a Câmara de
158 Legislação e Normas. Solicitando a palavra, o Conselheiro Roberto Vieira disse que, lendo o
159 Relatório anterior e o atual, sentiu uma involução ocasionada pelo fato de estarem estes
160 apresentados de forma diferente, ou seja, no Relatório anterior constavam os Projetos de
161 Extensão, de Ensino e de Pesquisa, o que facilitava a consulta e a visibilidade dos mesmos,
162 enquanto que, no Relatório atual a apresentação dos Projetos está organizada de forma
163 aleatória, dificultando a identificação do tipo de Projeto. Em seguida, sugeriu que deveria ser
164 mantido o padrão anterior, dividido por temas. Ainda com a palavra, mencionou que o
165 Relatório anterior, ao contrário do atual, não apresentava os nomes dos envolvidos no Projeto.
166 Sugeriu, ainda, que constassem nos Processos o início e o término dos mesmos e os *e-mails*
167 dos Coordenadores. Continuando, disse que foram investidos quatrocentos e sessenta mil reais
168 na Academia Amazônia, para a contratação de pessoal e veiculação na TV aberta do Minuto
169 da Universidade. Mencionou, ainda, sobre a tradução de textos do inglês para português ser
170 feita em Belo Horizonte, pois existem vários especialistas com competência e que essas
171 “pequenas riquezas” podem ser distribuídas na região mesmo. Com a palavra, o Conselheiro
172 Edson Frazão declarou seu duplo incômodo: de um lado por ter que examinar um material que
173 desconhece quase que totalmente e, por outro, pela obrigação, enquanto representante de uma
174 Unidade dessa Universidade, de fazê-lo. Em seguida, questionou ao Prof. João Guerreiro
175 sobre o *superativ* que a FADESP teve. Disse, ainda, que no item três do Parecer dos auditores
176 independentes existe a observação, que trata: “Conforme destacado na nota 10, a FADESP
177 não reconheceu, no exercício de 2008, a atualização de seus débitos fiscais junto ao REFIS,
178 bem como os valores acrescidos a tais débitos, cuja origem não foi identificada pela
179 Administração da Fundação”. Continuando, disse que, em decorrência desse procedimento, o
180 passível exigível, em longo prazo, ficou subavaliado e o resultado do exercício de 2008 ficou
181 superavaliado nos valores destacados na referida nota. Diante disso, o Conselheiro Edson
182 Frazão questionou se teria sido por esse motivo que a FADESP apresentou *superativ*. Em
183 resposta ao questionamento, o Prof. João Guerreiro esclareceu que em parte sim, pois a
184 FADESP possui uma multa, aplicada pelo Ministério do Trabalho, considerada impagável e
185 que para tanto foi feito um programa de refinanciamento; por esse motivo a FADESP possui
186 um *superativ*. Retomando a palavra, o Conselheiro Edson Frazão disse que no item um trata
187 da análise do balanço patrimonial; no entanto, a conclusão do item quatro se refere à posição
188 patrimonial e financeira. Em seguida, questionou se balanço patrimonial é a mesma coisa que
189 balanço financeiro. Com a palavra, o Sr. Presidente esclareceu que a apresentação do Prof.
190 João Guerreiro foi decidida apenas para ganhar tempo para a próxima reunião, pois desta
191 maneira não seria necessário apresentar o Relatório, o que não significava dizer que não
192 haveria tempo para a discussão. Informou, ainda, que os detalhes ficariam para a próxima
193 reunião extraordinária. Com a palavra, a Conselheira Ana Maria Martins disse que tentou
194 encontrar o Relatório de 2007, porém só encontrou o bianual, referente ao exercício 2005-
195 2006. Disse, ainda, que se o Relatório de 2008 for bianual, também estará sendo descumprido,
196 desde 2006, o Regimento e o Estatuto da UFPA, porque o Decreto que legisla essas relações
197 entre as IFES e a Fundação de Apoio, em seu Artigo 9º, trata que o Relatório deverá ser
198 anual. No entanto, o Estatuto da UFPA conta, em seu Art. 12, Inciso VI, que o Relatório
199 deverá ser aprovado anualmente, o que o Regimento da UFPA reforça em seu Art. 15, Inciso

200 VI. Sobre essas questões, pediu maiores esclarecimentos. O Prof. João Guerreiro esclareceu
201 que houve um Relatório em 2007, afirmando que foi o Relatório mais bem feito pela
202 Fundação, pelo fato de que a FADESP, neste ano, completava 30 anos. Com a palavra, a
203 Conselheira Ana Maria Martins perguntou em qual lugar o Relatório estava disponibilizado,
204 pois não o havia encontrado. O Prof. João Guerreiro disse que o Relatório havia sido
205 encaminhado para toda a Universidade, contudo poderia encaminhar outra cópia para a
206 Conselheira. Com a palavra, a Conselheira Marly Melo disse que havia ficado surpresa pelo
207 fato de que, na página 96 do Relatório, o seu nome constava no Projeto de apoio de Ensino,
208 Pesquisa e Extensão do Hospital Bettina Ferro de Souza. Em seguida, pediu correções e
209 esclareceu que nunca fez parte desse Projeto. Com a palavra, o Prof. João Guerreiro informou
210 que esse convênio foi o próprio Hospital Bettina Ferro Souza quem fez. Em resposta, a
211 Conselheira Marly Melo disse que não faz parte do Hospital, mas sim da farmácia. O Prof.
212 João Guerreiro questionou se a Conselheira prestava serviço pelo Laboratório de Análises
213 Clínicas (LAC). A Conselheira disse que saiu da Coordenação do LAC em 2007, e que o
214 Projeto é de 2008. O Prof. João Guerreiro disse que era difícil ter o controle dos Projetos
215 porque eles dão entrada e ficam no sistema, sendo de responsabilidade dos Coordenadores
216 solicitarem a retirada dos nomes nos Projetos. A Conselheira Ana Maria disse, ainda, que
217 constava no Projeto os nomes de Silvana, assessora do Jornal Amazônia, Paulo de Tarso e
218 Irene, que era Vice-Diretora, e o da própria Conselheira, e que o convênio era do Hospital
219 Bettina Ferro Souza com o SUS. Questionou, ainda, que o montante investido era no valor de
220 vinte mil reais, mas que no Projeto constavam nove milhões. Com a palavra, o Sr. Presidente
221 informou que todos os equívocos identificados seriam corrigidos. Dando continuidade à
222 reunião, o Sr. Presidente esclareceu que houve uma ponderação do Conselheiro Antônio José
223 de Mattos Neto e que por meio dela poderiam consultar a Plenária. Questionou se havia um
224 tempo limite para o Projeto em questão ser apresentado. Com a palavra, o Prof. João
225 Guerreiro disse que dependia do calendário de reuniões da Comissão do MEC, que avalia os
226 Processos da Instituição, mas que o ideal seria que estivesse aprovado 60 dias antes do
227 término da data de credenciamento. Em seguida, o Sr. Presidente propôs um prazo limite
228 para a Câmara dar o Parecer e para a realização de uma Reunião com o intuito de discutir e
229 deliberar sobre a matéria. O Conselheiro Max André Corrêa levantou a hipótese do Parecer
230 apresentar problemas ou de se precisar fazer alguma mudança no Relatório. O Sr. Presidente
231 esclareceu que estava querendo evitar um possível pedido de vistas. Com a palavra, o
232 Conselheiro Antônio José de Mattos Neto disse, à Conselheira Ana Maria Martins, que o
233 pedido de vistas poderia ser concedido, mas vistas em mesa, em função do bem maior de não
234 perder o prazo do credenciamento. Assumindo a palavra, a Conselheira Ana Maria Martins
235 disse que mesmo compreendendo a urgência, achava perigoso abrir essa exceção, porque o
236 pedido de vistas é um direito garantido, regimentalmente. Disse, ainda, que seria complicado
237 seguir esse procedimento, pois como estava representando a Conselheira Vera Jacob não
238 podia comprometer-se a não fazer o pedido de vistas, em seu nome. Assim sendo, o Sr.
239 Presidente retirou a proposta de estabelecer um prazo limite para a Câmara produzir o
240 Parecer, acrescentando que iria encaminhar a matéria de acordo com o Regimento.
241 Mencionou, também, que a próxima reunião extraordinária seria marcada de acordo com o
242 entendimento da presidência. Dando continuidade à reunião, o Sr. Presidente concedeu a
243 palavra ao Conselheiro Apolinário Alves. Com a palavra, o Conselheiro Apolinário Alves
244 comunicou que haveria o lançamento, do dia 21 a 24 de setembro, da Cátedra de Estudos
245 Brasil-África, portanto, solicitou que a reunião extraordinária não fosse marcada nesse
246 período, para que não prejudicasse as atividades. Com a palavra, a Conselheira Luizete
247 Carliez solicitou que a próxima reunião do CONSUN não fosse marcada muito próxima às
248 reuniões do CONSEPE, pois desse modo dificultaria a presença dos representantes do
249 Conselho dos *Campi* do interior. Com a palavra, o Sr. Presidente informou que o assunto iria
250 ser encaminhado de acordo com o Regimento e que até o final do presente mês seria
251 aprovado. Disse, ainda, que não iria colocar a referida matéria em votação por questões de

252 ponderação e resguardo. Dando continuidade à reunião, o Sr. Presidente passou ao item que
253 trata da Recomposição da Câmara de Legislação e Normas (CLN). O Sr. Presidente
254 esclareceu que a Câmara era composta por oito membros e que, atualmente, estava com
255 apenas dois e que os mandatos destes estavam expirados, por isso seria necessário recompor a
256 Câmara na sua totalidade. Com a palavra, o Conselheiro Jorge Pinheiro indicou o Conselheiro
257 Antônio José de Mattos Neto, por este ter feito um excelente trabalho enquanto Presidente da
258 Câmara de Legislação e Normas, o técnico-administrativo Apolinário Alves, por conta de sua
259 participação brilhante no Conselho, a técnica-administrativa Ângela Santos e a Profa. Cristina
260 Cancela. O Sr. Presidente informou que, pela manhã, na Reunião do CONSAD, a Profa.
261 Maria Elvira manifestou interesse em participar da Câmara. Ainda com a palavra, o Sr.
262 Presidente solicitou um espaço reservado para a Professora na Câmara. Retomando a fala, o
263 Conselheiro Jorge Pinheiro indicou o Conselheiro Doriedson Rodrigues. A Conselheira Ana
264 Maria Martins indicou o Conselheiro Max André Corrêa como representante dos discentes.
265 Com a palavra, o Conselheiro Max André Corrêa disse que não poderia assumir o cargo, pois
266 estava envolvido em sua qualificação e dissertação do mestrado. O Conselheiro Anderson
267 Castro disse que, no momento, não tinha nenhum nome para indicar à composição da Câmara
268 de Legislação e Normas, o que seria feito na próxima reunião do CONSUN. Com a palavra, o
269 Sr. Presidente disse que faltavam dois nomes, que poderiam ser de docentes ou técnicos. O Sr.
270 Presidente propôs o Conselheiro Darciel Oliveira, sendo aprovado pelos Conselheiros. A
271 Conselheira Telma Colares sugeriu que fosse feita uma consulta aos Conselheiros indicados e
272 que estavam ausentes, para saber se estariam disponíveis para compor a Câmara. O Sr.
273 Presidente disse que precisava fechar mais um nome para compor a Câmara de Legislação e
274 Normas. Com a palavra, o Conselheiro Jorge Pinheiro se candidatou para fazer parte da
275 referida Câmara. Ao final, o Sr. Presidente os membros eleitos para a CLN, são eles: Jorge
276 Pinheiro, Darciel Oliveira, Antônio José de Mattos Neto, Apolinário Alves, Maria Elvira,
277 Doriedson Rodrigues, Cristina Cancela e um representante discente a ser indicado,
278 posteriormente. Com a palavra, o Conselheiro Jorge Pinheiro enfatizou que o impedimento
279 para que assumisse o referido cargo estaria no fato dele não poder fazer parte de duas
280 Câmaras, ou seja, não poderia ser membro da Câmara de Legislação e Normas e da Câmara
281 de Assuntos Estudantis. Com a palavra, o Conselheiro Anderson Castro fez uma ponderação
282 em relação à Câmara de Legislação e Normas, porque a discente Luciana Ferreira se dispôs a
283 acompanhar as reuniões sem o compromisso de ser representante discente, posto que o
284 mesmo fosse indicado posteriormente. Disse, ainda, que a discente Luciana Ferreira é
285 Bacharel em Educação e está fazendo mestrado sobre este assunto, por isso gostaria de
286 acompanhar para ter materiais para concluir sua tese em conjunto com a representação
287 estudantil que vai compor a Câmara de Legislação e Normas. O Sr. Presidente disse que isso
288 seria analisado e decidido em outro momento. Em seguida, o Sr. Presidente passou à
289 composição da Câmara de Assuntos Estudantis, que tem seis membros: dois representantes
290 docentes, dois discentes e dois técnicos administrativos. Após deliberação, foram aprovados
291 os seguintes nomes: Representantes discentes: Anderson Castro e André Tomás.
292 Representantes Técnico-Administrativos: Paula Mendonça e Cileide Gomes. Representantes
293 Docentes: Rinaldo Lobato e Erick Pedreira. Dando continuidade à reunião, o Sr. Presidente
294 passou ao Proc. n. 027077/2009, que trata da Proposta de Alteração da Resolução n.
295 674/2009– CONSUN, que Institui o Programa de Prestação de Trabalho Voluntário. Com a
296 palavra, o Conselheiro José Carlos Cunha fez a leitura do Parecer, que foi de voto favorável
297 pela modificação do Art. 6º da referida Resolução, com a supressão da alínea “e” ou dando à
298 mesma a seguinte redação: “Declaração do interessado de que não recebe qualquer tipo de
299 bolsa da UFPA”. Em seguida, o Sr. Presidente esclareceu se tratar este de um Parecer *ad hoc*
300 que estava apenas sendo apresentado, sem a necessidade de quebra de interstício, vindo a
301 entrar em discussão na próxima reunião extraordinária. Em seguida, o Conselheiro Edson
302 Frazão disse que não entendia a vantagem de alguém que já está trabalhando num Programa
303 de Pós-Graduação vir a desempenhar a mesma função em caráter voluntário e que não

304 conseguia perceber o alcance dessa mudança. O Sr. Presidente esclareceu que o docente só
305 pode ter vínculo institucional, como aposentado, por meio do trabalho voluntário. O
306 Conselheiro Edson Frazão questionou que a própria Resolução que instituiu o trabalho
307 voluntário diz que ele não cria vínculo. O Sr. Presidente esclareceu que esse vínculo não é
308 empregatício, sendo de ligação apenas com a Instituição. Assumindo a palavra, o Conselheiro
309 Jorge Pinheiro questionou se isso era uma proposta ou um Parecer. O Sr. Presidente
310 esclareceu se tratar de Parecer *ad hoc*. Solicitando a palavra, a Conselheira Marlene Freitas
311 esclareceu que a Resolução foi votada e aprovada no Conselho, portanto a Resolução que
312 disciplina o trabalho voluntário está em vigor. Continuando, disse que no momento que um
313 Conselheiro propõe a alteração de um dispositivo da Resolução, merece ser restaurado o
314 Processo para que seja objeto de análise da Câmara competente e que este Conselho deve
315 decidir sobre a retificação por ele proposta. Disse, ainda, que não soube bem qualificar o
316 documento que está anexo à pauta e que esta não tem um caráter de proposição e não pode ser
317 entendida como constante de um Processo regularmente instaurado. Segundo ela, trata-se de
318 uma proposição sobre algo acabado e que precisava ser criada uma situação regular
319 disciplinar que propunha a alteração da Resolução. O Conselheiro João Batista disse que não
320 entendia o documento como Parecer *ad hoc*, mas sim como uma proposta de alteração da
321 Resolução, o que deve ser encaminhado à Câmara para posterior retorno ao Conselho. O Sr.
322 Presidente disse que estava tentando salvar o caráter dado ao documento que propunha o
323 Processo. Continuando, disse que iria encaminhar o Processo da seguinte maneira: como a
324 proposição está feita, o Processo será enviado à Câmara, para posterior submissão e
325 apresentação na próxima reunião do CONSEPE. Em seguida, concedeu a palavra ao
326 Conselheiro Anderson Castro. O referido Conselheiro informou sobre a posse da nova gestão
327 do Diretório Central dos Estudantes, a qual iria indicar os novos membros para comporem os
328 Conselhos da UFPA, o mais breve possível, e sobre a situação que envolve alguns alunos que
329 concluíram seus Cursos na Universidade. Para esclarecimentos, apresentou uma proposta de
330 nota, com o seguinte conteúdo: “Considerando o relatório final da Comissão de Processo
331 Administrativo disciplinar, instituída pela Portaria n. 2.545/2007, designada para apurar os
332 fatos relacionados com os Processos n. 017171/2007 e n. 017173/2007 oriundos do
333 Departamento de Segurança da UFPA, cujo objeto refere-se à denúncia constante dos altos
334 dos processos em epígrafe. O Conselho Superior Universitário, reunido no dia 11 de setembro
335 de 2009, às 14h30min, na Sala de Reunião da Secretária-Geral dos Conselhos Superiores da
336 Universidade Federal do Pará, no prédio da Reitoria, 3º andar, conclui que é totalmente
337 infundada a acusação de agressão cometida pelos Senhores Fabrício de Oliveira Gomes e
338 Benedito Tavares contra servidor dessa Instituição de Ensino Superior. Este Conselho
339 também lamenta o fato de ter a Comissão o seu tempo desperdiçado, o qual poderia ter sido
340 mais bem aproveitado em outros trabalhos de maior relevância para a Instituição, pois
341 indubitavelmente trata-se de uma denúncia sem qualquer consistência, desprovida de qualquer
342 prova convincente e motivada por razões desconhecidas pela Universidade. Entendendo que
343 tal situação trouxe apenas constrangimentos desnecessários aos denunciados, o Conselho
344 também se solidariza com os mesmos e reconhece a contribuição deixada por eles à UFPA e
345 enquanto estiverem à frente do Diretório Central dos Estudantes – DCE e também na
346 condição de membros desse Conselho. Conselho Superior Universitário. Sala de Reuniões.
347 Belém, 11 de setembro de 2009”. Após a leitura, o Sr. Presidente disse que o referido
348 esclarecimento seria pauta para uma próxima reunião. O Conselheiro Max André Corrêa
349 disse que esse Processo se referia à ocupação da Reitoria da UFPA, onde esses dois
350 estudantes respondem Processo na Justiça Federal. Disse, ainda, que além desse Processo a
351 Universidade abriu um Processo interno com uma Comissão Administrativa Disciplinar, da
352 qual faziam parte: o professor Geraldo Narciso, Diretor do ICEN; professor Gilberto Rocha,
353 do NUMA e mais uma professora do ICJ. Segundo ele, depois de apurarem todas as
354 informações, concluíram que todas as denúncias eram infundadas, pois as acusações eram de
355 denúncias de agressão a servidores da Instituição e não ~~contra~~ o patrimônio, ficando os

356 estudantes inocentados internamente. Diante disso, ressaltou que seria de bom tom que a
357 Universidade se pronunciasse para que isso fosse arrolado no Processo que eles estão
358 respondendo na Justiça Federal. O Sr. Presidente esclareceu que o Conselheiro Anderson
359 Castro havia feito apenas uma comunicação, que seria ponto de pauta para próxima reunião,
360 pois não há espaço, no momento, para uma decisão do Conselho. O Conselheiro Max André
361 Corrêa solicitou que o assunto entrasse no próximo ponto de pauta, mas não em forma de
362 Processo, pois se trata de um posicionamento. O Conselheiro José Dergan disse que de fato
363 era uma proposição. Em seguida, leu os Art. 55 e 57 do Regimento Geral, sugerindo que eles
364 fossem seguidos. O Sr. Presidente disse que estavam seguindo o Regimento, pois o
365 Conselheiro Anderson Castro havia feito apenas uma comunicação e que não se tratava de
366 uma proposição. Com a palavra, a Conselheira Marlene Freitas comunicou aos presentes
367 sobre a implementação do Plano Nacional de Formação de Professores da Rede Básica de
368 Ensino no País. Continuando, disse que era um Plano que teve iniciativa na CAPES, mediante
369 a um grande consórcio que envolveu as Secretarias de Estado de Educação e as Secretarias
370 Municipais, mas que a execução desse Plano em todo país, de acordo com a determinação da
371 CAPES, deve dar-se através das Instituições de Ensino Superior Públicas Federais e
372 Estaduais. Comunicou, ainda, que o Reitor Alex Fiúza, no dia 28 de maio de 2009, assinou o
373 termo de adesão, o qual compromete toda essa Instituição. Explicou, ainda, que a causa é
374 relevante e devida, porque é uma das tentativas de superar o problema do professor sem
375 qualificação na rede de Ensino Básico. Desse modo, a Conselheira estava cumprindo um
376 papel institucional, em função do Conselho não ter oportunidade de conhecer, ouvir e discutir
377 este Plano que está em vigência e em execução. Disse, ainda, que diferentemente das
378 informações que lhe foram passadas pelo Ex-Pró-Reitor Licurgo Brito, a copa de Cursos a
379 serem administrados no segundo semestre de 2009 estava resolvida pelo Processo Seletivo
380 Especial realizado em maio deste ano, em que o CONSEPE resolveu destinar 50% (cinquenta
381 por cento) das vagas aos professores das redes de Ensino Estadual e Municipal. Em razão das
382 muitas informações recebidas da CAPES, o professor Mauro Magalhães, assessor técnico da
383 PROEG, foi a Brasília para conversar com os responsáveis pelo programa. Ficou esclarecido
384 que esses Cursos têm que ser ofertados, especificamente, para os professores das redes do
385 Ensino Básico dos Municípios do Estado do Pará. Portanto, são cursos específicos a serem
386 realizados a partir do segundo semestre de 2009. Disse, ainda, que estava com a supervisão,
387 orientação e coordenação de duas Pró-Reitorias de Graduação, pois o contingente de alunos e
388 professores das redes de ensino que recai sobre a responsabilidade da UFPA é de mais de
389 vinte e cinco mil. Disse, também, que a proposta do Governo, por intermédio da CAPES, é de
390 que esse programa se resolva até 2011. Informou que estava organizando uma teleconferência
391 para alcançar todos os *Campi*, com o objetivo de que os professores de licenciatura tivessem
392 um conhecimento fornecido por sua Instituição sobre essa obrigação assumida, sem que eles
393 tivessem conhecimento ou oportunidade de discutir. Todas as licenciaturas estão
394 comprometidas e a cota para a UFPA corresponde a mais de 68% (sessenta e oito por cento)
395 para cumprir essa tarefa. Solicitando a palavra, a Conselheira Ana Maria Martins se
396 manifestou dizendo que a Conselheira Vera Jacob, representante da ADUFPA, em outro
397 momento havia solicitado esclarecimentos e um posicionamento do Ex-Reitor Alex Fiúza, em
398 uma das reuniões do CONSEPE, e não obteve resposta. **3. ENCERRAMENTO:** Nada mais
399 havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu o comparecimento dos Senhores Conselheiros e,
400 às 17h, deu por encerrada a Sessão, da qual, para constar, foi lavrada a presente Ata, que após
401 aprovada, vai assinada pelo Presidente do Conselho, por mim, Soraya Maria Bitar de Lima
402 Souza, Secretária-Geral dos Órgãos Deliberativos da Administração Superior, e demais
403 presentes.

